

# Nota Informativa

Edição 052/2025

## DESTAQUES

Anatel derruba norma que isenta provedores de internet de ICMS

Relator da isenção do IR, Lira diz que não aumentará carga tributária

Anatel confirma adiamento de decisão sobre satélites da Starlink, de Elon Musk

Comissão aprova projeto que proíbe apps de mensagens de bloquear usuário sem autorização judicial

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Comissão recebe ministra para discutir ações voltadas à ciência, tecnologia e inovação

Tarifação de Trump ameaça modelo das 'big techs'

IA pode impactar 40% dos empregos no mundo, aponta ONU

Grupo de Trabalho sobre TICs avança na agenda digital e inicia declaração ministerial para o bloco econômico

## EDUCAÇÃO

Setor público e privado buscam ferramentas digitais para apoiar ensino

Projetos de escola conectada avançam, mas dispositivos e continuidade preocupam

## JUDICIÁRIO

Contribuintes conseguem no Judiciário adiar o fim do benefício fiscal do Perse

## POLÍTICA

Líder do PT no Senado promete apoio do partido ao projeto de autonomia financeira do Banco Central

Além do PL, União Brasil e Republicanos são os que mais apoiam anistia

Senadores pedem que Lula não condicione candidatura em 2026 a questões de saúde

Alckmin diz que o governo não pretende usar a lei da reciprocidade por enquanto e prioriza a negociação

Centrais sindicais e patronais criticam tarifaço de Trump

Conselho discute regulamentação do streaming para fortalecer audiovisual

## DESTAQUES

### **Anatel derruba norma que isenta provedores de internet de ICMS**

Poder Executivo | 04/04/2025 – 10h

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) derrubou, na quinta-feira (3), uma norma de 1995 que diferenciava os serviços de telecomunicação dos provedores de internet. Na prática, a norma 4 de 1995 separa o regime tributário aplicado a empresas de telecomunicações, que precisam pagar ICMS (imposto sobre mercadorias e serviços) e outros tributos estaduais, daquele que rege os provedores, com cobrança apenas do imposto municipal ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza). Parte das empresas de internet divide as receitas obtidas com os dois serviços, a fim de reduzir a carga tributária à qual está sujeita. As empresas que atuam sob o guarda-chuva de serviço de internet são alvo de uma batalha judicial iniciada pelos fiscos estaduais. As Fazendas dos estados consideram a diferenciação uma manobra para evitar a cobrança do ICMS. Os pequenos provedores, porém, citam o risco de a decisão do regulador minar a competição entre os serviços online, além do sobrepreço no sinal de internet. "Graças à norma 4 [de 1995], qualquer empresa pode fazer prestação de internet sem autorização da agência para atuar como telecom", afirma a Abrint (Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Relator da isenção do IR, Lira diz que não aumentará carga tributária**

Poder Legislativo | 03/04/2025 – 20h01min

Relator do projeto que isenta o Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5.000 por mês, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) se comprometeu na 5ª feira (3.abr.2025) a não aumentar a carga tributária aplicada no país. A proposta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisará de adequação para evitar déficit fiscal e o ex-presidente da Casa Baixa será o responsável por buscar a compensação. "Meu histórico de defesa da Reforma Tributária mostra a seriedade com a qual abordamos o tema da arrecadação de impostos no Brasil. Com o PL da isenção do IR não será diferente. Queremos legar uma legislação justa ao país e aos contribuintes, sempre com base no compromisso de não aumentar a carga tributária, primando pela justiça fiscal e pelo equilíbrio das contas públicas", declarou em comunicado divulgado à imprensa. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Anatel confirma adiamento de decisão sobre satélites da Starlink, de Elon Musk**

Poder Executivo | 03/04/2025 – 20h10min

O conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) confirmou na quinta-feira (3) o adiamento da decisão sobre a análise do pedido da Starlink, operadora do bilionário Elon Musk, para operar mais 7,5 mil satélites no Brasil. Atualmente, a empresa já conta com autorização para oferecer serviço de banda larga por meio de 4.408 equipamentos na órbita terrestre baixa. Durante a reunião pública da diretoria, realizada na tarde de hoje, o relator do pedido, conselheiro Alexandre Freire, teve aprovado, por unanimidade, o pedido para ampliar o prazo de análise do processo por até 120 dias, conforme antecipou o Valor. Ele tem elaborado um parecer que aborda, além de questões

técnicas e operacionais, os aspectos de soberania nacional e segurança dos dados dos usuários brasileiros. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Comissão aprova projeto que proíbe apps de mensagens de bloquear usuário sem autorização judicial**

Poder Legislativo | 03/04/2025 – 17h10min

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que proíbe plataformas de aplicativos de mensagem instantânea, como Whatsapp e Telegram, de bloquear usuários sem prévia autorização judicial. O texto, que altera o marco civil da internet, também assegura aos usuários mecanismos para escolher quais mensagens deseja receber. Foi aprovado na quarta-feira (2) o substitutivo da relatora, deputada Nely Aquino (Pode-MG), ao [Projeto de Lei 6236/16](#), da deputada Renata Abreu (Pode-SP). O projeto original apenas proibia o bloqueio de usuários. Para a autora, o bloqueio automático de contas com base em denúncias isoladas é um problema. Ela cita o exemplo do WhatsApp, onde envios de mensagens para muitos destinatários com algumas recusas podem levar à suspensão da conta sem contestação. Já a relatora modificou o projeto para deixar clara a possibilidade de bloqueios mediante ordem judicial e para que os usuários possam desativar contatos ou conteúdos específicos (opt-out). “O substitutivo obriga o provedor de aplicações a assegurar ao titular da conta o direito de controlar o uso de seus dados pessoais e optar por não receber comunicações indesejadas”, explica a relatora. A medida, segundo ela, busca eliminar a prática abusiva das prestadoras de serviços de conexão e dos provedores de aplicações de bloquear integralmente contas de usuários sem critérios de verificação adequados. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **Comissão recebe ministra para discutir ações voltadas à ciência, tecnologia e inovação**

Poder Legislativo | 04/04/2025 – 11h55min

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados recebe na quarta-feira (9) a ministra do setor, Luciana Santos, para discutir as ações da sua Pasta. A reunião será realizada no plenário 13, às 10 horas. O debate atende a pedido dos deputado Ricardo Barros (PP-PR), Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Daiana Santos (PCdoB-RS). Ricardo Barros destaca que o segmento de ciência, tecnologia e inovação tem papel fundamental no desenvolvimento do país, pois contribui para elevar a produtividade econômica e criar meios de inclusão social. “O evento na Câmara será uma oportunidade para que a comissão acompanhe os avanços alcançados pelo ministério, proponha melhorias em programas e identifique oportunidades de modernização do aparato legal e do modelo de governança que rege as atividades do setor”, afirma Barros. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Tarifação de Trump ameaça modelo das ‘big techs’**

Poder Executivo | 04/04/2025 – 05h

O grande esquema de tarifas de Donald Trump ameaça provocar reviravoltas na Apple, Amazon e outras empresas americanas muito dependentes da indústria na China e em outros países agora impactados pelas novas tarifas alfandegárias. As taxas adicionais impostas pelo presidente dos Estados Unidos entram em vigor em alguns dias e impõem uma alíquota universal mínima de 10% sobre todos os países, mas que pode ser bem maior no caso de muitas nações asiáticas, cujas fábricas estão integradas no cerne das cadeias de fornecimento usadas pelas multinacionais americanas. O tamanho das novas tarifas foi “pior do que o pior cenário” sendo imaginado pelos mercados, escreveu o analista Daniel Ives, do banco de investimento Wedbush. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **IA pode impactar 40% dos empregos no mundo, aponta ONU**

Mercado | 04/04/2025 – 04h

O mercado global de inteligência artificial deve atingir US\$ 4,8 trilhões (cerca de R\$ 26,8 trilhões) — aproximadamente o tamanho da economia da Alemanha — até 2033, informou a ONU na quinta-feira (03/04), alertando que quase metade dos empregos no mundo todo podem ser afetados. Embora a IA esteja transformando economias e criando grandes oportunidades, a tecnologia também corre o risco de aprofundar as desigualdades existentes, alertou a agência de comércio e desenvolvimento da ONU, UNCTAD, em um relatório. Em particular, o relatório alertou que "a IA pode impactar 40% dos empregos no mundo todo, oferecendo ganhos de produtividade, mas também levantando preocupações sobre automação e deslocamento de empregos". Fonte: O Globo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Grupo de Trabalho sobre TICs avança na agenda digital e inicia declaração ministerial para o bloco econômico**

Poder Executivo | 03/04/2025 – 17h17min

O Brasil está à frente das discussões sobre o futuro digital e sustentável no BRICS. Na quinta-feira (3), o país liderou virtualmente a segunda reunião técnica do Grupo de Trabalho sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que reuniu representantes das 11 nações-membro para debater temas estratégicos, como conectividade universal, inclusão digital e sustentabilidade ambiental. O encontro marcou o início da elaboração da declaração ministerial, que será apresentada na cúpula do BRICS em julho. Ao participar da abertura da reunião, a secretária-executiva do Ministério das Comunicações, Sônia Faustino, destacou a importância do diálogo contínuo sobre temas essenciais para o avanço das comunicações e da transformação digital em nível global. "A cooperação e a troca de experiências entre os nossos países são indispensáveis para a superação de desafios significativos. A era digital impõe responsabilidades compartilhadas e, por meio de esforços coordenados, poderemos avançar rumo a um futuro mais justo e sustentável", afirmou. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **EDUCAÇÃO**

### **Setor público e privado buscam ferramentas digitais para apoiar ensino**

Mercado | 04/04/2025 – 02h12min

Na estratégia de conectar a educação brasileira, setores público e privado se unem e buscam a implementação de ferramentas digitais no ensino do País. Na quinta-feira, 3, o Seminário Educação Conectada reuniu especialistas que discutiram a implementação de alguns serviços desenvolvidos para apoiar estudantes. Um exemplo disso é o CurtaEnem, plataforma de streaming educacional gratuita desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Claro. A coordenadora do serviço, Vanessa Souza, contou que o objetivo da iniciativa é disponibilizar materiais audiovisuais para auxiliar estudantes na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Segundo a coordenadora, a parceria entre os setores público e privado é importante para levar iniciativas como essa aos estudantes. "O desafio hoje é encontrar bons conteúdos, porque existem muitas opções disponíveis", disse Souza. Fonte: TeleTime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Projetos de escola conectada avançam, mas dispositivos e continuidade preocupam**

Mercado | 04/04/2025 – 02h08min

A MegaEdu, entidade independente que dá suporte a governos e acompanha desde o princípio as políticas brasileiras de educação conectada, comemora os resultados alcançados até aqui e diz que as políticas de fato estão avançando. Segundo Cristieni Castilhos, CEO da MegaEdu, ao trazer no Seminário Educação Conectada um balanço dos programas até o momento, apontou que já existe um contingente de pelo menos 46% das escolas com conectividade dentro dos parâmetros internacionais, o que é muito acima dos 9% encontrados no início dos projetos. Isso, segundo ela, porque os dados do senso de

educação de 2024 não foram ainda publicados, e eles devem mostrar um avanço maior ainda. Mas ela alerta para uma possível demanda nos projetos: dispositivos. Segundo Castilhos, hoje esse é um grande desafio porque não existe ainda uma referência aos municípios sobre o que comprar, como comprar, além do custo, obviamente. Para o Ministério das Comunicações, o número de escolas com nível adequado de atendimento na verdade já deve superar os 50%, diz Hermano Tércius, secretário de telecomunicações. Segundo Ana dal Fabbro, coordenadora de tecnologias e inovação do Ministério da Educação, desde que a ENEC foi lançada, em setembro de 2023, 12 mil escolas já foram conectadas, e os projetos caminham bem. Tanto que, segundo ela, já é possível falar de outras pautas importantes, como uso pedagógico dos conteúdos, compra de equipamentos adequados. Fonte: TeleTime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## JUDICIÁRIO

### **Contribuintes conseguem no Judiciário adiar o fim do benefício fiscal do Perse**

Poder Judiciário | **04/04/2025 – 05h03min**

Empresas conseguiram liminares e sentenças no Judiciário para estender o prazo do benefício fiscal do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que teria acabado no dia 1º de abril, ao atingir R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal. As decisões determinam a manutenção da alíquota zero de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins até março de 2027, com base na lei original do Perse, a de nº 14.148/2021, ou mais três meses para as contribuições sociais e quase um ano para o IRPJ - ao aplicar a anterioridade tributária. O teto de R\$ 15 bilhões foi instituído em 2024, por meio da Lei nº 14.859. E a data determinada para o fim do benefício, com o atingimento do limite, veio com Ato Declaratório Executivo nº 2/2025, editado pela Receita Federal. Essas duas normas são questionadas pelos contribuintes nas ações. Uma das decisões beneficia os associados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A liminar foi concedida pela 4ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, que estendeu o benefício fiscal do Perse “até o efetivo esgotamento do prazo de 60 meses previsto no artigo 4º da [Lei nº 14.148/2021](#)” (processo nº 1027337-87.2025.4.01.3400). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## POLÍTICA

### **Líder do PT no Senado promete apoio do partido ao projeto de autonomia financeira do Banco Central**

Poder Legislativo | **04/04/2025 – 15h05min**

O líder do PT no Senado, Rogério Carvalho (SE), deve ajudar o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a conquistar a autonomia financeira e orçamentária no Congresso. Apenas em março, o petista se reuniu duas vezes com o chefe da autarquia. Em uma conversa com o Estadão/Broadcast no seu gabinete, na última quarta-feira, 2, Carvalho confirmou que os encontros serviram para tratar do projeto. “A finalidade é a gente tornar o Banco Central efetivamente autônomo, seja do governo, mas autônomo também do mercado”, disse o senador. “Autonomia de verdade, um instrumento para exercer a autonomia como autoridade monetária: é isso que a gente quer, e acho que isso o Galípolo vai conseguir imprimir e vai ter o apoio nosso para que ele tenha uma autonomia de verdade.” Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Além do PL, União Brasil e Republicanos são os que mais apoiam anistia**

Poder Legislativo | **04/04/2025 – 05h30min**

Além do PL (Partido Liberal), o União Brasil e o Republicanos são as legendas na Câmara que mais têm deputados que apoiam o [PL \(projeto de lei\) 2.858 de 2022](#), que concede anistia aos condenados pelos atos extremistas de 8 de Janeiro. Dentre os 165 congressistas signatários do requerimento de urgência (que acelera a tramitação) do texto, 14 são do partido do presidente da Casa Baixa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e 24 do

União Brasil. Mesmo com o apoio de deputados do Republicanos ao texto, Motta se mantém inflexível e não demonstra interesse em pautar o projeto. O presidente da Casa Baixa também não cederá à pressão feita por deputados do PL, com obstrução das comissões (paralisar ou retardar as discussões). Isso faz líderes de outros partidos não aderirem à tramitação do texto prioritário da legenda de Bolsonaro. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Senadores pedem que Lula não condicione candidatura em 2026 a questões de saúde**

Poder Legislativo | 03/04/2025 – 20h07min

Em reunião com as lideranças da base do governo no Senado na noite de quarta-feira (2), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi advertido pelos senadores a não condicionar a candidatura à reeleição, em 2026, a questões de saúde. O presidente ainda teria ouvido queixas sobre a atuação de ministros. A "advertência", segundo um parlamentar ouvido pelo Valor, foi feita após fala do presidente. Lula teria dito aos presentes, todos reunidos nos sofás da Residência Oficial do Senado Federal, que a candidatura em 2026 estaria condicionada à sua saúde e ouviu, então, que não deveria abordar o assunto desta maneira. Na avaliação de lideranças da base, admitir a possibilidade de não concorrer por problemas de saúde, a cerca de um ano das convenções partidárias para as eleições de 2026, pode piorar o cenário já não tão positivo para o governo. "Muitos fizeram um apelo para que ele [Lula] não abordasse daquela forma a questão [a possibilidade de não reeleição por questões de saúde]", afirmou um senador, sob reserva. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Alckmin diz que o governo não pretende usar a lei da reciprocidade por enquanto e prioriza a negociação**

Poder Executivo | 03/04/2025 – 19h04min

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que o governo não pretende usar, neste momento, o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que estabelece mecanismos para o Brasil retaliar barreiras comerciais ou medidas protecionistas adotadas por outros países. O projeto foi apelidado de PL da Reciprocidade. Ele disse que o Brasil vai buscar o diálogo com os norte-americanos, com uma reunião entre equipes técnicas dos dois países já agendada para a próxima semana. "Congresso votou corretamente uma legislação que dá arcabouço jurídico para proteger empregos e empresas. É uma boa legislação, necessária, importante, mas não pretendemos usá-la. O que nós queremos fazer é o diálogo e a negociação [com os EUA]", disse Alckmin em entrevista ao podcast Direto de Brasília. Ele comentou que os todos os setores já procuraram o governo devido ao 'tarifaço' promovido por Donald Trump, em especial os de aço, alumínio e autopeças, que tiveram imposição de alíquota de 25%, enquanto os outros tiveram de 10%. Segundo Alckmin, o governo vai trabalhar junto com a iniciativa privada para tentar mitigar os impactos da guerra tarifária de Trump. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Centrais sindicais e patronais criticam tarifaço de Trump**

Poder Executivo | 03/04/2025 – 18h02min

O "tarifaço" anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que pode impactar em 10% o preço das exportações brasileiras ao país da América do Norte provocou reação de entidades de trabalhadores e patronais brasileiras. As entidades Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Pública Central do Servidor divulgaram nota na qual dizem que a sobretaxa imposta aos produtos exportados pelo Brasil terá impactos negativos sobre a produção e o emprego, e elogiam a Lei da Reciprocidade, aprovada pelo Congresso Nacional e que, após sancionada, permitirá ao governo brasileiro reagir à medida dos Estados Unidos. Em outro trecho da nota, as entidades apontam que "em vez de conter a decadência do império norte-americano, como promete o chefe da Casa

Branca, o protecionismo agravará os problemas que afetam a economia mundial, desencadeando uma guerra comercial que pode resultar em uma nova depressão e alimentando o nacionalismo xenófobo". Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Conselho discute regulamentação do streaming para fortalecer audiovisual**

Poder Legislativo | 03/04/2025 – 16h48min

Propostas como cotas de produção nacional, maior retorno financeiro sobre o conteúdo de produtores brasileiros e mais investimento em produções independentes serão discutidas pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) na segunda-feira (7), a partir das 14 horas. Os integrantes do colegiado deverão votar o relatório da conselheira Sonia Santana sobre a regulamentação brasileira dos serviços de vídeo sob demanda (VOD), o chamado streaming. Sonia recomenda no relatório o aumento da alíquota da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), que hoje tem o limite de 3% da receita bruta das empresas, para 6%. Ela defende ainda a obrigatoriedade de destaque para conteúdos brasileiros nas plataformas de vídeo. O relatório constata que o crescimento acelerado de plataformas como Netflix, Amazon Prime Video e Disney+ transformou profundamente o mercado audiovisual brasileiro. Enquanto os meios tradicionais, como a TV por assinatura, são obrigados a exibir conteúdo nacional e contribuir para o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), as plataformas de streaming operam sem obrigações equivalentes. A disparidade, segundo Sônia, tem levado à evasão de receitas para o exterior e à baixa representatividade de produções brasileiras nos catálogos dessas empresas. No mesmo dia, pela manhã, a partir das 9h30, o CCS fará uma audiência pública para discutir a regulação das redes sociais. O Senado aprovou em junho de 2020 um projeto de lei ([PL 2.630/2020](#)) do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), chamado de Lei das Fake News. A proposta, que está na Câmara dos Deputados, prevê o banimento de contas falsas e do uso de robôs, além do combate à propagação de notícias falsas e de ataques à democracia. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)